



PANDEMIA E HISTÓRICO ABANDONO SOCIAL: FAVELAS SE AUTO ORGANIZAM COM OBJETIVO DE SALVAR VIDAS¹

Gizele Martins²

Resumo

O artigo a seguir traz como debate a histórica ausência de direitos vivenciada pela população favelada e periférica do Rio de Janeiro, discute ainda algumas das soluções encontradas por esse público diante do agravamento sanitário em tempos de pandemia da Covid-19. Desde o surgimento das primeiras favelas que os governantes não garantem direitos como: água, habitação, saúde, educação, trabalho, mas são os mesmos que gastam recursos públicos para militarizar e controlar. A mídia comercial e a sociedade são grandes apoiadores dessas faltas de direitos e ainda ajudam a estigmatizar essa população. Durante esse período de pandemia, novamente são os moradores de favelas e periferias sofrendo por causa das faltas de direitos. Por isso, numa forma de suprir as próprias necessidades básicas, comunicadores comunitários junto aos moradores locais reinventam suas ações e passam a produzir comunicações e a praticar solidariedade local como forma de diminuir os principais problemas existentes.

Palavra-chave: favela, direitos humanos, comunicação comunitária, mobilização, covid-19.

Pandemic and historical social abandonment: Favelas self-organize with objective to save lives

Abstract

The following article discusses the historical absence of rights experienced by the slum and peripheral population of Rio de Janeiro, and also discusses some of the solutions found by this public in view of the worsening of health in times of the Covid-19 pandemic. Since the emergence of the first slums, government officials do not guarantee rights such as water, housing, health, education, work, but they are the same people who spend public resources to militarize and control. Commercial media and society are great supporters of these lack of rights and still help to stigmatize this population. During this period of pandemic, it is again the residents of slums and suburbs suffering because of lack of rights. Therefore, in a way to meet their own basic needs, community communicators with local residents reinvent their actions and start producing communications and practicing local solidarity as a way to reduce the main existing problems.

Keyword: favela, human rights, community communication, mobilization, covid-19.

Abandono social histórico y pandémico: las favelas se autoorganizan con objetivo para salvar vidas

Resumen

El siguiente artículo discute la ausencia histórica de derechos experimentada por la población de tugurios y la periferia de Río de Janeiro, y también analiza algunas de las soluciones encontradas por este público ante el empeoramiento de la salud en tiempos de la pandemia Covid-19. Desde el surgimiento de los primeros barrios marginales, los funcionarios del gobierno no garantizan derechos como el agua, la vivienda, la salud, la educación, el trabajo, pero son las mismas personas que gastan los recursos públicos para militarizar y controlar. Los medios comerciales y la sociedad son grandes defensores de esta falta de derechos y aún ayudan a estigmatizar a esta población. Durante este período de pandemia, son nuevamente los residentes de barrios marginales y suburbios los que sufren por la falta de derechos. Por lo tanto, de manera de satisfacer sus propias necesidades básicas, los comunicadores comunitarios con los vecinos reinventan sus acciones y comienzan a producir comunicaciones y practicar la solidaridad local como una forma de reducir los principales problemas existentes.

Palabra clave: favela, derechos humanos, comunicación comunitaria, movilización, covid-19.

¹ Artigo recebido em 29/08/2021. Avaliação em 10/09/2021. Aprovado em 29/11/2021. Publicado em 17/12/2021.

² Uerj. E-mail: gizeleomartins@gmail.com

A histórica ausência de direitos nas favelas e periferias do Rio de Janeiro

O Morro da Providência, no Rio de Janeiro, da década de 1880, é a primeira favela a existir no país e no mundo. O que significa que já são mais de cem anos desde o aparecimento das primeiras favelas e periferias, e até os dias atuais elas resistem à criminalização da pobreza e ao racismo³ no Brasil. Inclusive, elas surgiram em um momento em que as autoridades da época estavam mais preocupadas em tornar a cidade do Rio em uma grande força do capital com a expansão da cidade, comércio e modernização, do que dar atenção à população negra e pobre que subiam os morros para morar.

Para Campos, “no processo de expansão das favelas, temos de levar em consideração o rumo que tornaram os grupos de negros que habitam a área central da cidade após o processo abolicionista” (CAMPOS, p.73). Sem cidadania: moradia, educação, saúde, as favelas passaram a ser uma solução para a falta do direito à moradia das populações negras e do nordeste brasileiro, que passaram a migrar para o sudeste em busca de oportunidade de trabalho. Ao longo do tempo, os favelados por si só construíram seus barracos, vida cultural e o trabalho alternativo.

“Os primeiros favelados não foram pessoas apenas condenadas a viver na favela. Embora pobres, sempre dispuseram de certa margem de escolha. Alguns escolheram o Rio de Janeiro em vez de seus estado de origem (...) Essas escolhas, ainda que limitadas, sempre representaram uma afirmação de liberdade. Graças ao esforço, também à ajuda externa e à debilidade das políticas públicas que jamais lograram erradicar as favelas, uma coletividade particular nasceu e tem hoje cem anos de história. Uma cultura foi aí produzida, e depois integrada pela cidade, tornando-se, pelo Carnaval, um elemento essencial de sua dinâmica econômica. Os favelados inventaram um mundo. (...)” (PERALVA, Angelina, p. 64)

Mais de cem anos depois, contabiliza-se mais de 800 favelas espalhadas por todo o Rio de Janeiro. No entanto, ainda hoje, são estes os mesmos espaços que sofrem com o total abandono estatal. As autoridades nunca trataram esses territórios com a devida atenção, não se responsabilizaram pelas condições de miséria e pobreza que essa população foi e é obrigada a conviver até os dias atuais. Pelo contrário, eles criminalizam, controlam e responsabilizam a

³ “O racismo é vivido como experiência complexa e multidimensional, com duas faces principais: a de uma definição negativa do negro (a face racial) e a de uma definição negativa de favelado (a face social). São definições complementares e quase indissociáveis. a hesitação constante entre uma e outra reprime a dificuldade em interpretar as verdadeiras causas do racismo. O racismo ‘racial’ é no Brasil no mais das vezes latente, sutil e raramente assumido como ideologia. A raça no entanto permanece como categoria de ordenamento das relações com alteridade, vale dizer como categoria de “discriminação”. Esta adquire expressões e significados variados. Constata-se uma espécie de discriminação “passiva”, que indica o atraso do imaginário coletivo em reconstruir o novo lugar ocupado pelos afro-brasileiros nas sociedade. (PERALVA, Angelina, p. 66.)

própria favela pela sua miserabilidade no lugar de vê-la como uma solução inventada por esse grupo de pessoas empobrecidas.

“De um ponto de vista formal, a sujeição criminal refere-se a um processo social pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa é não só verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (MISSE, p.84).

Como parte dessa responsabilização, os favelados são criminalizados e controlados. Essa criminalização, muitas das vezes, se dá por formas subjetivas, já outras são explícitas quando como, por exemplo, esse grupo tem a sua imagem construída de forma estigmatizada pela mídia e pela sociedade. Após a construção e deslegitimação com apoio da sociedade, os governos gastam recursos públicos enviando forças militares para realizar operações policiais nesses territórios com a ideia de controlar aquele que é considerado o “inimigo” social e aquele que, para o governo, é o grupo “atrasado”, assim como colocado no trecho abaixo:

“Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevaleceram nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população. (...) O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pôde aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora (...)” (Prefeitura do Distrito Federal, Censo das Favelas. Aspectos Gerais. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Estatística, 1949, p. 8-11).

Além das operações, há as remoções forçadas, a gentrificação, sem contar nas tantas ausências de direitos que são negados a este espaço, justamente porque a imagem deste território e de seus indivíduos são, como regra, estigmatizados. Nos últimos dez anos, por exemplo, 77 mil pessoas moradoras de favelas foram removidas de suas casas e quase dez ocupações urbanas foram despejadas do centro do Rio de Janeiro.

O Conjunto de Favelas da Maré, com 140 mil moradores, na Zona Norte do Rio de Janeiro (CENSO MARÉ, 2010), entre 2014 e 2015, recebeu o exército brasileiro e, por dia, foram gastos 1,7 milhão de reais. Nesta época, pelas ruas da Maré, havia um soldado para cada 55 moradores, mas em nenhum momento, esta mesma favela teve o direito de ter um médico ou um professor para cada 55 moradores. (MARTINS, 2018). O que significa que a criminalização, o empobrecimento, o racismo, a ausência de direitos básicos, além de ser histórica, é um planejamento estatal.

Em meio ao histórico abandono, favelados se reinventam na pandemia para salvar as próprias vidas

Em 2020, mesmo com a chegada da pandemia da Covid-19, a situação das favelas e periferias do Rio de Janeiro continuou sendo de total abandono por parte do poder público. Diante disso, inúmeros meios de comunicação comunitária que já atuavam de alguma forma em seus territórios, se desafiaram a inovar em suas práticas. Foram além do ato de comunicar e atuaram na mobilização popular para gerar recursos, serviços e assim diminuir os impactos da pandemia⁴.

Desde que a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil, de norte a sul do país foram desenvolvidas estratégias das mais diversas para enfrentá-la. Sem dúvida, o papel da comunicação comunitária, mídias livres e jornalismo independente, além do trabalho desenvolvido por movimentos sociais, foi determinante para que os números de infectados e de mortos não fossem ainda maiores do que já são. (Tâmara Terso e Paulo Victor Melo, 10 de maio de 2021)⁵.

Experiências como estas foram criadas em diferentes favelas e periferias do Rio de Janeiro, no país e mundo⁶: México, Argentina, Colômbia, Chile, Índia, Palestina, África do Sul, dentre outros. No Conjunto de Favelas da Maré, em março de 2020, comunicadores comunitários organizaram a Frente de Mobilização da Maré⁷ com o objetivo de levar informações sobre a pandemia para diminuir o impacto do Covid-19. No Complexo de Acari, com população de 27 mil (CENSO, 2010), comunicadores do Coletivo Fala Akari construíram a Frente do Complexo de Acari em abril de 2020⁸, também para comunicar sobre os riscos da Covid-19.

⁴ Manifesto: Comunicadores periféricos se unem em coalizão nacional para enfrentar a pandemia: “Nós, comunicadores periféricos e periféricas de várias partes do país, estamos juntando esforços para colaborar com informações precisas e que realmente consigam alcançar os nossos. Precisamos saber informar nossas crianças, nossos jovens, nossos idosos, nossos pais, mães e familiares. De nós para os nossos! Assim, lançamos uma coalizão nacional de enfrentamento ao coronavírus através da frente” #CoronaNasPeriferias (<http://periferiaemmovimento.com.br/comunicadores-perifericos-se-unem-em-coalizao-nacional-pra-enfrentar-pandemia/>)

⁵ Comunicação popular e comunitária salvam vidas na pandemia, publicado dia 10 de maio de 2021, <https://diplomatique.org.br/comunicacao-popular-e-comunitaria-savam-vidas-durante-pandemia/> (Retirado do site dia 20 de junho de 2021)

⁶ Dicionário Marielle Franco (2020) revelam que no início de 2020 mais de cem iniciativas surgiram pelo país com o objetivo de combater o coronavírus. (Retirado do site dia 30 de junho de 2021)

⁷ “O nosso objetivo é não somente fomentar ações de comunicação dentro da comunidade, mas também conseguir viabilizar doações de produtos de higiene/limpeza e alimentos para serem distribuídos aos moradores durante esse período de crise.” (Retirado no dia 30 de junho de 2021, do site <https://www.frentemare.com/>)

⁸ O Fala Akari é um coletivo de militantes defensores de direitos da Favela de Acari, no Rio de Janeiro. Formado por um grupo de moradores e militantes da Favela de Acari, se organiza com o objetivo de realizar, disseminar e divulgar ações culturais e educacionais na favela e denunciar todas as formas de opressões cometidas pelo estado no território, inclusive através de seu braço armado. (Acari, 2020) [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Fala_Akari_\(coletivo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Fala_Akari_(coletivo)) (Retirado do site dia 10 de julho de 2021)

As duas favelas estão localizadas na Zona Norte do Rio de Janeiro e são conhecidas por vivenciarem a constante presença estatal por meio da militarização (MARTINS, 2018). Diante da ausência de direitos para garantia da vida e diante da presença estatal a partir da militarização, estas duas Frentes iniciaram um processo de comunicação e mobilização na favela informando os moradores sobre os riscos da pandemia tocando nas particularidades delas.

O plano de comunicação dos comunicadores da Maré foi pensando na diferença de escolaridade dos mais de 140 mil moradores, pois nem todos sabem ler, nem todos têm acesso à internet etc. Segundo o levantamento realizado pelo Censo Maré, o acesso à internet alcançava 17.515 domicílios, o que corresponde a 36,7% do total. (...) A falta de acesso à internet, sobretudo com o aumento do trabalho, estudos e cursos de maneira remota, evidencia também outro tipo de desigualdade social e um olhar mais atento do poder público sobre este problema de acesso e exclusão.⁹

Para alcançar o maior número de pessoas, era preciso convocar mais moradores, mais comunicadores e de diferentes veículos comunitários locais e arrecadar recursos para a produção de todos os materiais de comunicação necessários. Os comunicadores comunitários analisaram as informações passadas por estas mídias e reformularam o conteúdo com apoio dos profissionais de saúde da própria favela ou de profissionais de saúde apoiadores das favelas. A partir desta procura e formulação de uma comunicação adequada para a realidade da favela, posteriormente a Fiocruz junto a comunicadores de várias favelas fizeram nascer o ‘Se liga no Corona’, para contabilizar os números de mortos e infectados das favelas, além de cada ação de comunicação de dentro das favelas carregarem em seus produtos de comunicação o selo de qualidade ‘Fiocruz tá junto’.¹⁰

Para atingir o seu público alvo, estas duas frentes utilizaram os mais diferentes tipos de plataformas de comunicação: rádio, cartaz, site, boletim, assim como lista de transmissão pelos grupos de Whatsapp. Criaram páginas no Instagram, Facebook, Youtube para divulgação de depoimentos e produção de lives. Além do uso do carro de som pelas ruas da favela. A principal mensagem divulgada por esses meios era para incentivar o apoio mútuo entre os moradores.

⁹Retirado da Página Maré Online dia 04 de junho de 2021 (<https://mareonline.com.br/aceso-a-internet-ainda-e-precario-na-mare/>)

¹⁰ O selo ‘Fiocruz tá junto’, é parte da campanha de informação e comunicação sobre a Covid-19 ‘Se liga no Corona!’, voltada para a população moradora de periferias. Veículos de comunicação comunitária ou coletivos de periferias de todo o país podem submeter até três materiais gráficos (digitais), produtos sonoros (spots para carros de som e podcasts) ou vídeos que veiculem informações sobre o novo Coronavírus. (Retirado do site da Fundação Oswaldo Cruz, dia 03 de julho de 2021, <https://portal.fiocruz.br/noticia/fundacao-lanca-selo-fiocruz-ta-junto-para-validacao-de-materiais-de-comunicacao-comunitaria>)

Exemplo disso foi a mensagem divulgada pelo carro de som na Maré que dizia: "Quem tem água, divide!", porque "lavar e higienizar as mãos e a casa frequentemente", uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), passou a ser um problema, pois são locais que sofrem com a falta de abastecimento de água.¹¹ De acordo com a Defensoria Pública do estado do Rio, só em 2020 foram recebidas 550 denúncias de falta de água permanente ou regular em 143 lugares entre favelas e bairros de quatorze municípios, favelas como Tabajara, Rocinha, Alemão e Maré estiveram entre as que mais reclamaram. (IPEA, 2020).

Após esse momento, estes mesmos coletivos de comunicação comunitária passaram a convidar os outros moradores das suas localidades para serem parte dessa construção e conseguirem captar doações de alimentos, álcool, máscaras, gás, água e tantos outros produtos de necessidade básica para serem distribuídos aos mais vulneráveis da favela.

Para Custódio, campanhas de solidariedade e de mobilizações como estas realizadas em tempos de pandemia, "são exemplos de luta contra os legados coloniais no cotidiano periférico brasileiro". (CUSTÓDIO, 2021). Complementando esse pensamento, Paiva no livro *O Espírito Comum*, afirma que "Solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, por viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivialismo e de experiência local. (PAIVA, 2003, p.19)".

Conclusão

Mídias comunitárias e sua importância nos espaços favelados

As mídias comunitárias têm importante atuação dentro das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Elas surgem para trabalhar o resgate da memória local, construir novas narrativas locais, denunciar violações cotidianas que ocorrem na favela, mas tudo isso a partir de uma linha ideológica que garanta a população atendida - o público alvo - refletir sobre sua própria realidade, que conheça a sua história, sua memória ancestral, e compreenda que as ausências de direitos históricos na sociedade, é parte de uma estrutura que tem como objetivo manter apenas alguns nos espaços de poder e decisões.

Cicilia Peruzzo (1998) explica que a comunicação comunitária tem como histórico a defesa de uma identidade local, além de mobilização de um determinado grupo. Ela afirma ainda que a

11 Em tempos de coronavírus, mais importante que higienizar as mãos com álcool em gel é lavá-las com água e sabão diversas vezes ao dia. Esta é uma das mais principais recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde para que a população consiga combater a pandemia em todo o mundo. Mas a realidade nas favelas do Rio de Janeiro está muito distante do ideal para evitar a covid-19. (MIRANDA, 2020).

comunicação é e deve ser sim um direito humano, que cada vez mais deve ser feita para defesa e garantia de seus direitos, sendo assim, um agente de construção e de mobilização social.

A declaração universal de direitos humanos estabelece, em seus artigos 27 e 29, que todos os homens têm o direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta mesma comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. E, em 1976, a conferência das nações unidas deixou firmado que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial da construção nacional. (PERUZZO, 1998, p. 275).

Ainda de acordo com Peruzzo (1998), a mudança social não está mais fundamentada em um indivíduo apenas, ou em um determinado grupo, pelo contrário, é necessário que todos e de igual modo levantem suas bandeiras sociais, suas identidades, seus costumes, seus direitos e se respeitem. Sobre esse tema, Claudia Santiago Giannotti (2016, p. 45) afirma:

A comunicação comunitária é o processo de comunicação constituído no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos. Sem fins lucrativos, tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal.

Diante disso, é possível afirmar que, os coletivos de mobilização que foram criados em 2020 nasceram para além de comunicar, mobilizar, o que significa que a comunicação comunitária vai além do ato de levar informações sobre os mais variados tipos de assuntos ligados ao cotidiano interno da comunidade, é também quem consegue se desafiar e redesenhar um novo plano de comunicação comunitária para atender aos moradores mesmo diante de uma urgência sanitária como vivenciada hoje pela pandemia da Covid-19.

Importante ainda refletir sobre as formas de organização comunitária destes coletivos de favelas, pois tanto da Frente de Mobilização da Maré, quanto a Frente Complexo de Acari, convocaram aqueles que nem mesmo atuavam como comunicadores para integrarem estas iniciativas com o objetivo de melhorar as ideias, o alcance e aumentar a mobilização local.

A cada produção veiculada pelos coletivos de favelas do Rio durante a pandemia, abordavam o total abandono estatal mostrando que a ausência de atenção por parte dos governantes durante esse período, é continuidade de toda a estrutura vivenciada por essa população desde o surgimento das favelas. Para finalizar, é importante argumentar o quanto esta mesma população vem por décadas tentando se auto organizar para suprir as próprias necessidades diante de tamanhas ausências de direitos. Mais que isto, a população que mora nas favelas se auto organiza, se defende da estigmatização e cobra os seus devidos direitos

básicos sociais, direitos estes ainda não garantidos desde a construção da primeira favela no Rio de Janeiro.

Referências

CAMPOS, Andreino, Do Quilombo à Favela, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

Experiências em Comunicação Popular ontem e hoje: uma história de resistência nas favelas cariocas, NPC, 2016.

MARTINS, Gizele; Militarização e Censura: A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré. NPC, 2018.

PAIVA Raquel. O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel; MALERBA, Joao Paulo Carrera ; CUSTODIO, L. . 'Comunidade gerativa? e ?Comunidade de afeto?: propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária. Animus (Santa Maria. Online), v. 12, p. 244, 2013.

PERALVA, Angelina, “A experiência da democracia”, “os novos termos do conflito social” e “fatos e interpretações”.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.